

MP da Liberdade Econômica

César Mattos

Secretário de Advocacia da Concorrência e
Competitividade (SEAE/SEPEC/ME)

São Paulo, 17 de junho de 2019

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



www.economia.gov.br

Non est potestas Super Terram quae Comparetur ei. Iob. 41. 24.



Por que não regular?



O PRESIDENTE da República, Jair Messias BOLSONARO, promulgou Medida Provisória em razão de relevância e urgência para RECUPERAR e SALVAR a economia brasileira.



DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DE LIBerdade ECONômICA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

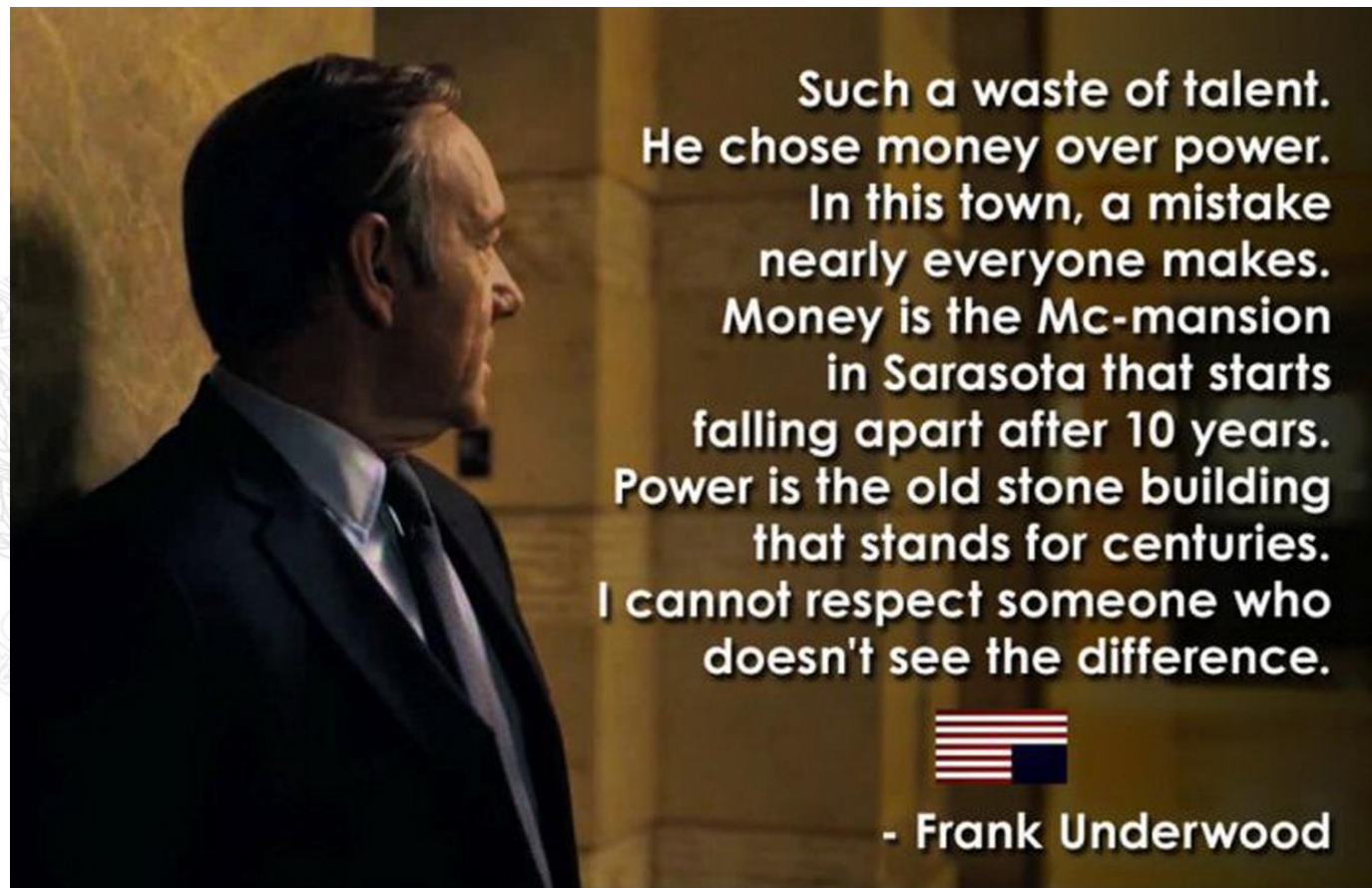
Art. 3º São direitos, de toda pessoa natural ou jurídica, essenciais para o desenvolvimento e crescimento econômicos do país, e derivados do art. 170, parágrafo único, da Constituição Federal, os seguintes:

- I** desenvolver, para sustento próprio ou de sua família, atividade econômica de baixo risco, para a qual se valha exclusivamente de propriedade privada própria ou de terceiros consensuais, sem a necessidade de atos públicos de liberação da atividade econômica;
- II** produzir, empregar e gerar renda, assegurada a liberdade para desenvolver atividade econômica em qualquer horário ou dia da semana, observada a legislação trabalhista (e afins);
- III** não ter restringida, por qualquer autoridade, sua liberdade de definir o preço de produtos e de serviços como consequência de alterações da oferta e da demanda no mercado não regulado, ressalvadas as situações de emergência ou de calamidade pública, quando assim declarada pela autoridade competente;
- IV** receber tratamento isonômico de órgãos e de entidades da administração pública quanto ao exercício de atos de liberação da atividade econômica, hipótese em que o ato de liberação estará vinculado aos mesmos critérios de interpretação adotados em decisões administrativas análogas anteriores, observado o disposto em regulamento;
- V** gozar de presunção de boa-fé nos atos praticados no exercício da atividade econômica, para os quais as dúvidas de interpretação do direito civil, empresarial, econômico e urbanístico serão resolvidas de forma a preservar a autonomia de sua vontade, exceto se houver expressa disposição legal em contrário;
- VI** desenvolver, executar, operar ou comercializar novas modalidades de produtos e de serviços quando as normas infralegais se tornarem desatualizadas por força de desenvolvimento tecnológico consolidado internacionalmente, nos termos estabelecidos em regulamento, que disciplinará os requisitos para aferição da situação concreta, os procedimentos, o momento e as condições dos efeitos;
- VII** implementar, testar e oferecer, gratuitamente ou não, um novo produto ou serviço para um grupo privado e restrito de pessoas maiores e capazes, que se valerá exclusivamente de propriedade privada própria ou de terceiros consensuais, após livre e claro consentimento, sem requerimento ou ato público de liberação da atividade econômica, exceto nas situações restringidas;
- VIII** ter a garantia de que os negócios jurídicos empresariais serão objeto de livre estipulação das partes pactuantes, de forma a aplicar todas as regras de direito empresarial apenas de maneira subsidiária ao avençado, hipótese em que nenhuma norma de ordem pública dessa matéria será usada para beneficiar a parte que pactuou contra ela, exceto se para resguardar direitos tutelados pela administração pública ou de terceiros alheios ao contrato;
- IX** ter a garantia de que, nas solicitações de atos públicos de liberação da atividade econômica, o particular receberá imediatamente um prazo expresso que estipulará o tempo máximo para a devida análise de seu pedido e que, transcorrido o prazo fixado, na hipótese de silêncio da autoridade competente, importará em aprovação tácita para todos os efeitos, ressalvadas as hipóteses expressamente vedadas na lei; e
- X** arquivar qualquer documento por meio de microfilme ou por meio digital, conforme técnica e requisitos estabelecidos em regulamento, hipótese em que se equipará a documento físico para todos os efeitos legais e para a comprovação de qualquer ato de direito público.



Por que regular!?

Abuso de Poder Regulatório X Capitalismo de Laços



Such a waste of talent.
He chose money over power.
In this town, a mistake
nearly everyone makes.
Money is the Mc-mansion
in Sarasota that starts
falling apart after 10 years.
Power is the old stone building
that stands for centuries.
I cannot respect someone who
doesn't see the difference.



- Frank Underwood

O abuso do poder regulatório em benefício de alguns

- É recorrente a utilização da máquina estatal, nas três esferas administrativas, para beneficiar grupos econômicos específicos.
- O art. 4º da MP prevê ser dever da administração pública **NÃO** incorrer em ações que possam lesar a concorrência.

There is a sense in which every society is capitalist. The Soviet Union was capitalist, but it was state capitalism. Latin American societies in the past have been capitalist, but it has been oligarchic capitalism. So what we really need to talk about is not capitalism but free market or competitive capitalism which is the system that we would like to have adopted, not just capitalism. Milton Friedman – Capitalism and Freedom 1963

CAPÍTULO III

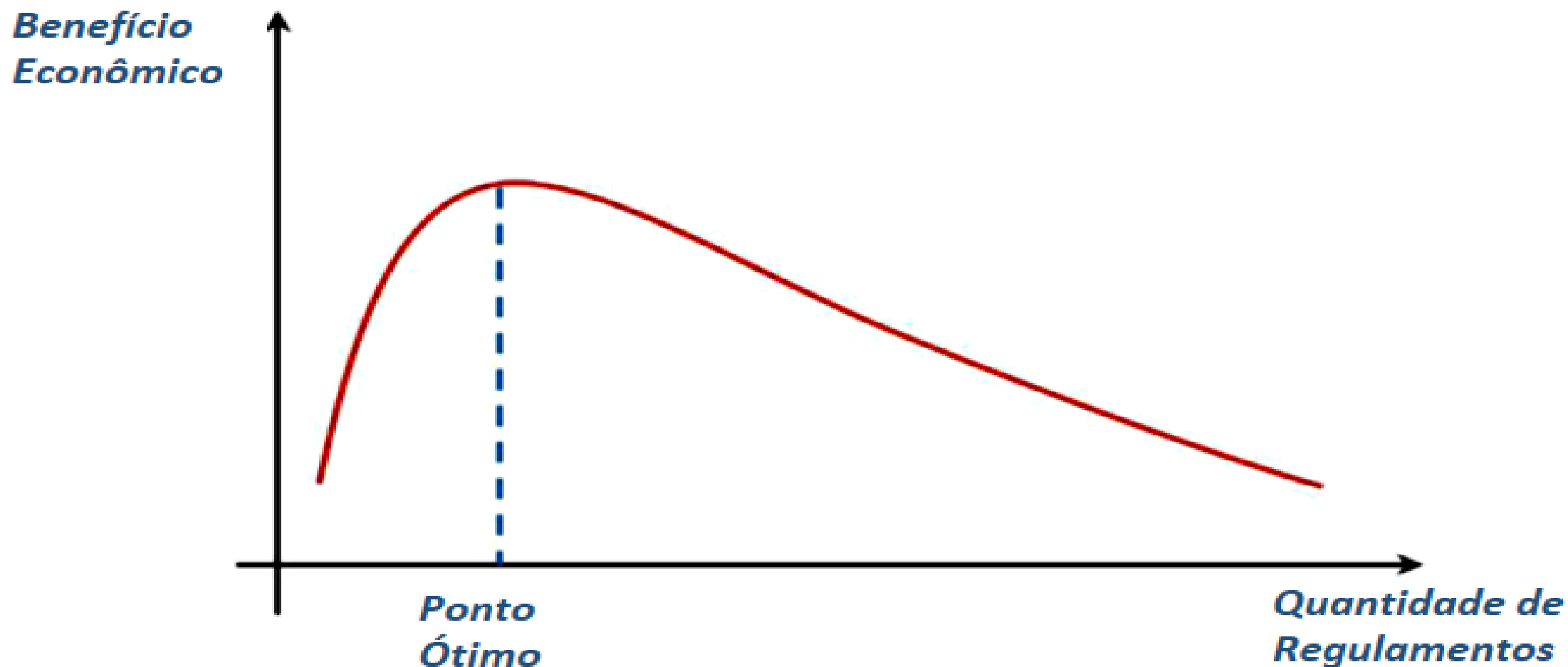
DAS GARANTIAS DE LIVRE INICIATIVA

- **Vedações:**
 - I - criar reserva de mercado ao favorecer, na regulação, grupo econômico, ou profissional, em prejuízo dos demais concorrentes;
 - II - redigir enunciados que impeçam a entrada de novos competidores nacionais ou estrangeiros no mercado;
 - III - criar privilegio exclusivo para determinado segmento econômico, que não seja acessível aos demais segmentos;
 - IV - exigir especificação técnica que não seja necessária para atingir o fim desejado;

CAPÍTULO III

DAS GARANTIAS DE LIVRE INICIATIVA

- **Vedações:**
- V - redigir enunciados que impeçam ou retardem a inovação e a adoção de novas tecnologias, processos ou modelos de negócios, ressalvadas as situações consideradas em regulamento como de alto risco;
- VI - aumentar os custos de transação sem demonstração de benefícios;
- VII - criar demanda artificial ou compulsória de produto, serviço, ou atividade profissional, inclusive de uso de cartórios, registros ou cadastros;
- VIII - introduzir limites à livre formação de sociedades empresariais ou de atividades econômicas; e
- IX - restringir o uso e o exercício da publicidade e propaganda sobre um setor econômico, ressalvadas as hipóteses expressamente vedadas em lei.



Fonte: Swedish Agency for Growth Policy Analysis Report – The Economic Effects of the Regulatory Burden. Sweden, 2010.

CAPÍTULO IV DA ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO

- **Art. 5º** As propostas de edição e de alteração de atos normativos de interesse geral de agentes econômicos ou de usuários dos serviços prestados, editadas por órgão ou entidade da administração pública federal, incluídas as autarquias e as fundações públicas, serão precedidas da realização de análise de impacto regulatório, que conterá informações e dados sobre os possíveis efeitos do ato normativo para verificar a **razoabilidade** do seu impacto econômico.
- **Parágrafo único.** Regulamento disporá sobre a data de início da exigência de que trata o **caput** e sobre o conteúdo, a metodologia da análise de impacto regulatório, sobre os quesitos mínimos a serem objeto de exame, sobre as hipóteses em que será obrigatória sua realização e sobre as hipóteses em que poderá ser dispensada.

“One of the great mistakes is to judge policies and programs by their intentions rather than their results”. Interview by **Friedman**, 1975

NECESSIDADE DE ASSIMETRIA DA AIR NO CASO BRASIL

- AIR deve ser instrumento de BLINDAGEM do cidadão contra a constante imposição de ônus por parte do Estado
- AIR **NÃO** deve ser instrumento burocrático para manutenção do *status quo* e barreira à desregulamentação.

“Concentrated power is not rendered harmless by the good intentions of those who create it”. **Friedman**, Capitalism and Freedom 1962

Trata-se de uma Iniciativa neoliberal que só beneficia as pessoas físicas e jurídicas mais ricas em detrimento do social?

NÃO Exemplos:

Art. 3º São direitos de toda pessoa

I - desenvolver, para sustento próprio ou de sua família, atividade econômica de baixo risco,

IV - receber tratamento isonômico de órgãos e de entidades da administração pública....

Art. 4º É dever da administração públicaevitar o abuso do poder regulatório de maneira a, indevidamente:

- I - criar reserva de mercado ao favorecer, na regulação, grupo econômico, ou profissional, em prejuízo dos demais concorrentes;
- II - redigir enunciados que impeçam a entrada de novos competidores nacionais ou estrangeiros no mercado;
- III - criar privilégio exclusivo para determinado segmento econômico, que não seja acessível aos demais segmentos;



César Mattos

Secretário de Advocacia da Concorrência e
Competitividade (Seae/Sepec)

cesar.mattos@economia.gov.br



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



www.economia.gov.br